

para a comprovação de capital social ou patrimônio líquido das licitantes, apurado a partir do valor estimado da concessão, seria excessivamente onerosa. Impugna a presente concessão, ainda, porque seu objeto já estaria abarcado no Contrato nº 71/2020, mais precisamente no que se refere ao serviço de processamento de autos de infração de trânsito por meio de talão eletrônico, situação que, no seu entendimento, geraria conflito com a atual prestadora dos serviços de gerenciamento de multas de trânsito. Informando que a sessão de julgamento está marcada para o dia 23/4/21, a partir das 9h30, pede que sua petição seja recebida e a sessão seja suspensa até o dia 23/4/21, se a sustação liminar do processo licitatório em questão, bem assim, no julgamento de mérito, seja o edital cancelado, a fim de que as correções necessárias sejam implementadas. Essa a síntese das controvérsias. Inicial na conformidade dos requisitos regimentais. Emborosa os pontos anunciados pela representante, ao menos em avaliação apriorística, não me pareçam de absoluta controvérsia, devendo admitir que a presente demanda propicia a análise de questão subjacente e de alta relevância. É, verificando o Termo de Referência da Concorrência em debate por força da questão das garantias de participação e de execução, pude compreender que a Prefeitura estabeleceu o valor estimativo do contrato como parâmetro de obtenção de tais grandezas, montante representativo, portanto, da receita a ser gerada com a administração do empreendimento pelo prazo da concessão, ou seja, 10 (dez) anos. Sabemos que a utilização desse parâmetro, seja para a aferição de qualificações, seja para quantificar garantias, não pode ser indiscriminada. Isso porque, conforme construção jurisprudencial, a licitação que se destina à concessão de serviço público, basicamente por se prostrar por períodos de vigência muito superiores aos estabelecidos para uma contratação ordinária, deve adotar, em tais hipóteses, o montante de investimentos que o Poder Concedente espera ver aportado pela contraparte no contrato. Não se trata, portanto, o que parece porer o edital, motivo pelo qual a preocupação da representante, ainda que de forma obliqua, parece justificável. Sem prejuízo da ulterior abordagem dos demais aspectos questionados na inicial, vislumbro no destacado tema colateral maior risco de perecimento de direitos, inclusive por conta da jurisprudência sumulada deste E. Tribunal (Súmula nº 43). Nestes termos, DEFIRO à representante 56 Par Estacacionamento e Rede de Captura Ltda. a medida liminar prevista no Art. 221, Parágrafo Único, do Regimento Interno, determinando à Prefeitura de Carapicuíba que se digne suspender imediatamente o andamento da Concorrência nº 2/2021, processando-se a inicial sob o rito do Exame Prévio de Edital. Assino ao Senhor Prefeito do Município o prazo de 48 (quarenta e oito) horas para que tome conhecimento da representação, encaminhando informações, documentos e justificativas de seu interesse a propósito das questões. Por último, reitero aos responsáveis legais a necessidade de que se abstenham da prática de quaisquer atos até ulterior deliberação desta E. Corte sobre o mérito da matéria, ressalvado o caso de revogação ou anulação do processo licitatório, ato que, se produzido, deverá ser informado no processo, com a juntada da respectiva publicação legal. Apresentados os esclarecimentos ou decorrido o prazo sem ação dos Interessados, sigam os autos para ATJ, retornando após vista do d. MPC e manifestação da SDG. Ao Cartório para providências.

**Publique-se.**  
**PROCESSO: TC-0009526.989.21-5 REPRESENTANTE: EDINILSON FERREIRA DA SILVA (CPF 120.991.798-08) REPRESENTADO(A): PREFEITURA MUNICIPAL DE LEME (CNPJ 46.362.661/0001-68) ASSUNTO: Representação visando ao Exame Prévio de Edital da Concorrência Pública nº 001/2021, Processo Administrativo nº 055/2021, da Prefeitura Municipal de Leme, objetivando a concessão onerosa à pessoa jurídica da prestação do serviço público de transporte coletivo urbano de passageiros por ônibus, em linhas regulares, no referido Município, pelo prazo de 20 (vinte) anos, prorrogável por igual período. Edinilson Ferreira da Silva, advogado inscrito na OAB/SP sob nº 252.616, impugnou termos do edital da Concorrência Pública nº 001/2021, certamente infringido pela Prefeitura Municipal de Leme com o propósito de conceder a prestação de serviço público de transporte coletivo urbano de passageiros naquela localidade. Em suma, o representante questionou os seguintes aspectos do instrumento: a) aferição inadequada do valor estimado da contratação com base na projeção da arrecadação de 20 (vinte) anos, não devendo ser esse, aliás, o critério para base de cálculo da garantia contratual e do capital social ou patrimônio líquido exigidos, ainda que esse parâmetro esteja limitado às receitas de 12 (doze) meses de vigência da concessão (itens 6.1.5.º e 11.4.1.º), tendo em vista a proibição contida na Súmula nº 43 deste E. Tribunal; b) exigência de documentos de qualificação técnica em desacordo com o art. 30 da Lei nº 8.666/93, como no caso da declaração de proposta do serviço para disponibilização da frota necessária à realização dos serviços, declaração de idoneidade média e idade máxima individual do veículo, declaração de utilização do veículo com indicação do ponto de partida e do terminal de linha e do atestado de visita técnica (itens 6.1.3.º "a" e "d"); c) estipulação de índices contábeis obsoletos para efeito de qualificação econômico-financeira, especificamente por utilizar "ativo realizável a longo prazo" e "passivo exigível a longo prazo", enquanto a regulamentação vigente determina a alimentação, nas correspondentes fórmulas, do "ativo realizável a longo prazo" e do "passivo não circulante" (item 6.1.5.b.2.º); d) falta de clareza e objetividade na aplicação do modelo de remuneração da concessionária, já que não haveria como precisar se o valor de R\$ 3,70 (três reais e setenta centavos) deve ser entendido como tarifa pública ou tarifa de remuneração da concessionária, sobretudo para avaliação de eventuais déficits ou superávits, em desacordo, portanto, com o inciso V do art. 8º e art. 9º, ambos da Lei de Mobilidade Urbana (itens 7.1.2.1 e 14.3.8); e) inexistência de disciplina específica a propósito da matriz de riscos, descumprindo o inciso II, do art. 10 da Lei de Mobilidade Urbana, sobretudo por não considerar a distinção conceitual entre "alocação de riscos" e "críticas de riscos"; f) ausência de norma para revisão ordinária e/ou extraordinária da tarifa, em desateno ao disposto nos arts. 8º e 9º da Lei nº 12.587/12 (itens 14.3.5 e 14.3.5.1); g) impossibilidade de reajuste da tarifa do transporte público com base no IPCA/IBGE, não sendo esse o índice inflacionário do setor, que, inclusive, conflita com o inciso II, do art. 6º da Lei Complementar Municipal nº 359/03 (item 14.3.4); h) obscuridade na cláusula de prorrogação do prazo de 20 (vinte) anos da concessão (item 11); i) omissão no regime das receitas indiretamente auferidas pela concessionária (ou das receitas acessórias), posto que a empresa deve exercer a manutenção e operação do Terminal Urbano "Carlos Simaelli" (arts. 3º e 4º da Lei Complementar Municipal nº 359/03, em desconformidade com o inciso V, do art. 10 da Lei nº 12.587/12 e com a modalidade tarifária precatizada no art. 11 da Lei nº 8.987/95 (item 14.3.2); j) inconsistência dos estudos econômicos de definição da tarifa pública, iniciados em março de 2020 e tendo como base os dados operacionais do próprio exercício de 2020, os parâmetros de avaliação da realidade do sistema em função da pandemia do COVID-19; l) indefinição da metodologia de aferição dos indicadores dos resultados operacionais que deverão ser apresentados pela concessionária (item 15.1.1); e m) exiguidade do prazo para início da operação, incluindo a instalação de garagem no Município, estipulado em até 60 (sessenta) dias após a assinatura do termo contratual (item 11.2). Petição por representante insubstanciada com a documentação prevista no Regimento Interno desta E. Corte, incluindo o instrumento convocatório, que prevê o recebimento das propostas para o próximo 26 de abril. A princípio, observo que parte da documentação de qualificação técnica, se não estiver amparada no § 6º, do art. 30 da Lei nº 8.666/93, poderá configurar parâmetro indóneo de habilitação, considerado o regimento do art. 30 da Lei Geral de Licitação, norma aplicável por força do art. 18, caput, da Lei nº 8.987/95. De outra**

parte, os questionamentos alcançam aspectos estruturais da concessão, especialmente na tarifação e demais cláusulas relacionadas à remuneração do serviço público, devendo ser objeto de análise aprofundada por parte dos órgãos de instrução desta E. Corte. Por fim, o prazo de início da operação já foi objeto de precedente citado da jurisprudência deste E. Tribunal, razões pelas quais reputo como sendo de rigor a sustação cautelar do certame para evitar lesão irreversível à ordem legal. Considerada a inviabilidade de submeter a matéria oportunamente ao exame do Plenário desta Tribunal, DETERMINO liminarmente a sustação do andamento da Concorrência nº 001/2021, da Prefeitura Municipal de Leme, ordenando o processamento da inicial sob o rito do Exame Prévio de Edital. Assin, sendo, assino à autoridade competente o prazo de 48 (quarenta e oito) horas, para que tome conhecimento da representação, encaminhando cópia integral do instrumento convocatório e de eventuais justificativas de interesse a propósito de todos os aspectos impugnados. Apresentados os esclarecimentos ou decorrido o prazo sem ação da interessada, manifeste-se a Assessoria Técnica. Após, vista regimental ao d. MPC, retornando por SDG. Ao Cartório para providências.

**Publique-se.**  
**PROCESSO: 00009547.989.21-0 REPRESENTANTE: VR TECNOLOGIA E MOBILIDADE URBANA LTDA. ADVOGADA: ROBERTA BORGES PEREIRA BOAVENTURA (OAB/SP 391.383) REPRESENTADO(A): PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAPICUÍBA (CNPJ 44.892.693/0001-40) ASSUNTO: Despacho de apreciação sobre petição formulada em face do edital da Concorrência nº 2/2021, certame que objetiva a outorga de concessão onerosa para a implantação, exploração, administração e gestão das Áreas de Estacionamento Regulamentado – AER para, em vias, áreas e logradouros públicos do Município de Carapicuíba. VR Tecnologia e Mobilidade Urbana Ltda. CPP subviveu representação com a impugnação do edital da Concorrência nº 2/2021, da Prefeitura de Carapicuíba, certame que objetiva a outorga à iniciativa privada da exploração, administração e gestão das Áreas de Estacionamento Regulamentado (AER), por meio de contrato de concessão de serviço público. Inicia o pedido dizendo que a Administração não teria observado a prescrição do art. 5º da Lei nº 8.987/95, porquanto injustificada a conveniência do modelo de outorga da concessão. Prossegue asseverando que a fixação dos valores das tarifas e da outorga e a sua natureza discricionária, não havendo, portanto, qualquer justificativa para os números apresentados. Também reclama da falta de cláusulas necessárias ao contrato de concessão, apontando, nesse sentido, o art. 23 da mencionada Lei de Concessões. Sobre a apuração do capital social ou patrimônio líquido das licitantes, bem como do dimensionamento da garantia de participação, a sua prestação, alega que o edital transgrediu o enunciado da Súmula nº 43 ao utilizar como base de cálculo o valor estimado do contrato, no lugar de aplicar o montante de investimentos previsto. Por fim, argumenta que a Administração não teria demonstrado o estudo de viabilidade econômico-financeira da concessão, ao menos porque não teriam sido publicadas informações sistematizadas sobre o fluxo de caixa, a taxa interna de retorno ou o valor presente líquido do empreendimento, bem como os fundamentos, portanto, pede a sustação liminar do processo de concorrência até apreciação de mérito, oportunidade em que espera sejam suas ponderações julgadas procedentes e determinada a retificação do instrumento. Inicial em termos. O expediente foi distribuído ao meu Gabinete por prevenção decorrente do TC-9464.989.21-9, que veio impugnando ao mesmo instrumento convocatório. Lei deferi medida liminar que determinou a Prefeitura de Carapicuíba a sustação da sessão pública de julgamento da questionada Concorrência. Nessa conformidade, de rigor que ao presente pedido seja conferida a mesma sorte, aproveitando-se, assim, todos os efeitos da tutela deferida no precedente. Pelo exposto, limito-me a estender à representante os efeitos de aludida medida liminar, assinalando ao Senhor Prefeito do Município de Carapicuíba, consequentemente, o prazo de 48 (quarenta e oito) horas para que tome conhecimento desta representação, encaminhando informações e documentos pertinentes à matéria. Em função do rol de questões aqui acrescido ao debate, mais ainda, conço do sua Excelência a esclarecer sobre o estudo de viabilidade econômico-financeira que deve informar o processo administrativo da Concorrência, notadamente no que se refere às estimativas de receita e investimento, a formação das tarifas e à comparação dos custos de oportunidade envolvidos que teria justificado a sua Administração o modelo de concessão pretendido. Sem prejuízo, reitero aos responsáveis legais a necessidade de que se abstenham da prática de quaisquer atos até ulterior deliberação desta E. Corte sobre o mérito da matéria, esclarecendo-lhes, igualmente, que por se tratar de processo eletrônico, nos termos da Resolução nº 01/2011, a íntegra da decisão e da representação e demais documentos poderão ser obtidos, mediante o regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico – e-TCSP, na página [www.tcesp.gov.br](http://www.tcesp.gov.br). Ao Cartório para providências, inclusive para apensar estes autos aos do referido TC-9464.989.21-9. Apresentados os esclarecimentos ou decorrido o prazo sem ação dos interessados, sigam os autos para ATJ, retornando após vista do d. MPC e manifestação da SDG. Ao Cartório para providências.**

**Publique-se.**  
**PROCESSO: 00000849.989.21-5 ORGAO: PREFEITURA MUNICIPAL DE LOUVEIRA ADVOGADO: REGIS AUGUSTO LOURENÇO (OAB/SP 226.733) INTERESSADO(A): PREFEITO: ESTANISLAU STECK ASSUNTO: Prefeitura Municipal de Louveira. Acompanhamento Especial Covid-19 EXERCÍCIO: 2021 INSTRUÇÃO POR: UR-03 PROCESSO PRINCIPAL: 6858.989.20-5 Dos apontamentos feitos pela Fiscalização no Relatório de Acompanhamento Especial – COVID – referente ao mês de Março/2021 (evento 54,2), dou ciência aos interessados acina nomeados e alerto-os para a regularização das falhas apontadas, sob pena de aplicação de multa por descumprimento das Leis Federais nº 13.979/20 e nº 12.527/11, bem como da Lei Complementar Federal nº 101/2020, alterada pela Lei Complementar Federal nº 131/2009, no caso de falta de providências ou reincidência. O conteúdo deste despacho não implica abertura do contraditório ou a necessidade de apresentação de justificativas, porquanto a Fiscalização terá notícias da regularização ou não das falhas ora ocorridas.**

**Publique-se.**  
**PROCESSO: 00000930.989.21-5 ORGAO: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS ADVOGADO: JULIO CESAR MARIANI (OAB/SP 143.303) / RICARDO HENRIQUE RUDNICKI (OAB/SP 177.566) / LUIZ RICARDO ORTIZ SARTORELLI (OAB/SP 248.543) INTERESSADO(A): PREFEITO: DARIO JOSE GHILO SAADI ADVOGADO: EDUARDO LEANDRO DE QUEIROZ E SOUZA (OAB/SP 109.013) / GRAZIELA NOBREGA DA SILVA (OAB/SP 247.092) / RODRIGO POZZI BORBA DA SILVA (OAB/SP 262.845) ASSUNTO: Acompanhamento Especial - Covid-19 EXERCÍCIO: 2021 INSTRUÇÃO POR: UR-07 PROCESSO PRINCIPAL: 7328.989.20-7 Dos apontamentos feitos pela Fiscalização no Relatório de Acompanhamento Especial – COVID – referente ao mês de Março/2021 (evento 54,2), dou ciência aos interessados acina nomeados e alerto-os para a regularização das falhas apontadas, sob pena de aplicação de multa por descumprimento das Leis Federais nº 13.979/20 e nº 12.527/11, bem como da Lei Complementar Federal nº 101/2020, alterada pela Lei Complementar Federal nº 131/2009, no caso de falta de providências ou reincidência. O conteúdo deste despacho não implica abertura do contraditório ou a necessidade de apresentação de justificativas, porquanto a Fiscalização terá notícias da regularização ou não das falhas ora ocorridas.**

**Publique-se.**  
**PROCESSO: 00000992.989.21-0 ORGAO: PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM GRANDE PAULISTA INTERESSADO(A): PREFEITO: JOSUE SILVEIRA RAMOS ASSUNTO: Acompanhamento especial - COVID-19 EXERCÍCIO: 2021 INSTRUÇÃO POR:**

**DF-07 PROCESSO PRINCIPAL: 7280.989.20-3 Dos apontamentos feitos pela Fiscalização no Relatório de Acompanhamento Especial – COVID – referente ao mês de Março/2021 (evento 41,5), dou ciência aos interessados acina nomeados e alerto-os para a regularização das falhas apontadas, sob pena de aplicação de multa por descumprimento das Leis Federais nº 13.979/20 e nº 12.527/11, bem como da Lei Complementar Federal nº 101/2020, alterada pela Lei Complementar Federal nº 131/2009, no caso de falta de providências ou reincidência. O conteúdo deste despacho não implica abertura do contraditório ou a necessidade de apresentação de justificativas, porquanto a Fiscalização terá notícias da regularização ou não das falhas ora ocorridas.**

**Publique-se.**  
**PROCESSO: 00001484.989.21-5 INTERESSADOS: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEVI PREFEITO: IGOR SOARES EBERT ASSUNTO: Acompanhamento Especial COVID 19 EXERCÍCIO: 2021 INSTRUÇÃO POR: DF-05 PROCESSO PRINCIPAL: 7278.989.20-3 Dos apontamentos feitos pela Fiscalização no Relatório de Acompanhamento Especial – COVID – referente ao mês de Março/2021 (evento 34,11), dou ciência aos interessados acina nomeados e alerto-os para a regularização das falhas apontadas, sob pena de aplicação de multa por descumprimento das Leis Federais nº 13.979/20 e nº 12.527/11, bem como da Lei Complementar Federal nº 101/2020, alterada pela Lei Complementar Federal nº 131/2009, no caso de falta de providências ou reincidência. O conteúdo deste despacho não implica abertura do contraditório ou a necessidade de apresentação de justificativas, porquanto a Fiscalização terá notícias da regularização ou não das falhas ora ocorridas.**

**Publique-se.**  
**PROCESSO: 00001685.989.21-2 ORGAO: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAO DA BOA VISTA ADVOGADO: FILIPE DE FREITAS RAMOS PIRES (OAB/SP 298.589) / RODRIGO ANTONIO NABRELA ASSUNTO: Acompanhamento Especial - COVID-19 EXERCÍCIO: 2021 INSTRUÇÃO POR: UR-19 PROCESSO PRINCIPAL: 7238.989.20-6 Dos apontamentos feitos pela Fiscalização no Relatório de Acompanhamento Especial – COVID – referente ao mês de Março/2021 (evento 48,16), dou ciência aos interessados acina nomeados e alerto-os para a regularização das falhas apontadas, sob pena de aplicação de multa por descumprimento das Leis Federais nº 13.979/20 e nº 12.527/11, bem como da Lei Complementar Federal nº 101/2020, alterada pela Lei Complementar Federal nº 131/2009, no caso de falta de providências ou reincidência. O conteúdo deste despacho não implica abertura do contraditório ou a necessidade de apresentação de justificativas, porquanto a Fiscalização terá notícias da regularização ou não das falhas ora ocorridas.**

**Publique-se.**  
**PROCESSO: 00001865.989.21-4 ORGAO: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DAS PEDRAS ADVOGADO: DANIELA FRANCINE TORRES (OAB/SP 202.802) / JULIO CESAR MACHADO (OAB/SP 330.136) INTERESSADO(A): PREFEITO: MARCOS BUZETTO ASSUNTO: ACOMPANHAMENTO ESPECIAL - COVID-19 EXERCÍCIO: 2021 INSTRUÇÃO POR: UR-10 PROCESSO PRINCIPAL: 7142.989.20-7 Dos apontamentos feitos pela Fiscalização no Relatório de Acompanhamento Especial – COVID – referente ao mês de Março/2021 (evento 57,4), dou ciência aos interessados acina nomeados e alerto-os para a regularização das falhas apontadas, sob pena de aplicação de multa por descumprimento das Leis Federais nº 13.979/20 e nº 12.527/11, bem como da Lei Complementar Federal nº 101/2020, alterada pela Lei Complementar Federal nº 131/2009, no caso de falta de providências ou reincidência. O conteúdo deste despacho não implica abertura do contraditório ou a necessidade de apresentação de justificativas, porquanto a Fiscalização terá notícias da regularização ou não das falhas ora ocorridas.**

**Publique-se.**  
**PROCESSO: 00001907.989.21-4 ORGAO: PREFEITURA MUNICIPAL DE TAMBAU INTERESSADO(A): PREFEITO: LEONARDO TEIXEIRA SPIGA REAL ASSUNTO: ACOMPANHAMENTO ESPECIAL - COVID-19 EXERCÍCIO: 2021 INSTRUÇÃO POR: UR-16 PROCESSO PRINCIPAL: 7012.989.20-8 Dos apontamentos feitos pela Fiscalização no Relatório de Acompanhamento Especial – COVID – referente ao mês de Março/2021 (evento 48,2), dou ciência aos interessados acina nomeados e alerto-os para a regularização das falhas apontadas, sob pena de aplicação de multa por descumprimento das Leis Federais nº 13.979/20 e nº 12.527/11, bem como da Lei Complementar Federal nº 101/2020, alterada pela Lei Complementar Federal nº 131/2009, no caso de falta de providências ou reincidência. O conteúdo deste despacho não implica abertura do contraditório ou a necessidade de apresentação de justificativas, porquanto a Fiscalização terá notícias da regularização ou não das falhas ora ocorridas.**

**Publique-se.**  
**PROCESSO: 00002284.989.21-7 ORGAO: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO LUIZ DO PARAITINGA INTERESSADO(A): PREFEITO: AVANIR BILALDO SICHIERE ASSUNTO: ACOMPANHAMENTO ESPECIAL - COVID-19 EXERCÍCIO: 2021 INSTRUÇÃO POR: UR-14 PROCESSO PRINCIPAL: 6999.989.20-5 Dos apontamentos feitos pela Fiscalização no Relatório de Acompanhamento Especial – COVID – referente ao mês de Março/2021 (evento 47,4), dou ciência aos interessados acina nomeados e alerto-os para a regularização das falhas apontadas, sob pena de aplicação de multa por descumprimento das Leis Federais nº 13.979/20 e nº 12.527/11, bem como da Lei Complementar Federal nº 101/2020, alterada pela Lei Complementar Federal nº 131/2009, no caso de falta de providências ou reincidência. O conteúdo deste despacho não implica abertura do contraditório ou a necessidade de apresentação de justificativas, porquanto a Fiscalização terá notícias da regularização ou não das falhas ora ocorridas.**

**Publique-se.**  
**PROCESSO: 00014381.989.20-1 CONTRATANTE: COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP Responsáveis: Edison Airolti (Diretor de Tecnologia, Empreendimentos e Meio Ambiente) e Carlos Eduardo Carrelha (Procurador) ADVOGADO: MIEIKO SAKO TAKAMURA (OAB/SP 187.939) CONTRATADO(A): L F M ENGENHARIA DE OBRAS LTDA. INTERESSADO(A): EDISON AIROLTI/ CARLOS EDUARDO CARRELLA ASSUNTO: Acompanhamento de Execução Contratual REQUISITÓRIO Nº 014117 INTERESSADO(A): PREFEITO: CARLOS POR: DF-09 PROCESSO PRINCIPAL: 14113.989.20-5 Das incorreções apontadas pela Fiscalização na execução contratual, quando da vistoria promovida em 12/4/2021 (Evento 62), recordando, desde já, a adoção de eventuais medidas corretivas. Observo aos interessados que este despacho, no momento, não configura qualquer fixação de prazo para apresentação de justificativas ou abertura do contraditório, servindo apenas como ALERTA de que as correções recomendadas serão avaliadas durante o decorrer do prazo contratual e quando do seu julgamento, nos termos legais. Previsto o encerramento da vigência do ajuste para 20/3/2022, encaminhe-se o feito ao Núcleo de Acompanhamento de Execução Contratual - NAEC para prosseguir no acompanhamento da execução contratual, emitindo relatório no mês de agosto/2021, com anotações sobre o saneamento ou não de seus apontamentos anteriores.**

**Publique-se.**  
**PROCESSO: 00022626.989.20-0 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE BARUERI Autoridade que firmou o instrumento: Celso Furlan ORGANIZ. SOCIAL: INSTITUTO REFERENCIA EM GESTAO PUBLICA INTERESSADO(A): RUBENS FURLAN CELSO FURLAN ASSUNTO: Seleção Pública SUPRI nº. 001/2019. Contrato de Gestão SUPRI nº. 192/2019 - de 02 de maio de 2019. Objeto: Gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de educação, na Escola Municipal**

Maternal Wandere Ribeiro Exercício(S): 2019 INSTRUÇÃO POR: DF-01 PROCESSO(S) DEPENDENTE(S): 00005659.989.21-4, 00005660.989.21-1 Em face das irregularidades suscitadas pela Fiscalização no Evento 35, assino aos interessados o prazo comum de 15 (quinze) dias úteis, a contar da publicação deste despacho, para os fins do inciso XIII, do artigo 2º da Lei Complementar nº 709/93, ou, ainda, para as alegações que forem de seus interesses.

**Publique-se.**  
**PROCESSO: 00009524.989.21-7 REPRESENTANTE: FABIANA SANTOS LOPEZ FERNANDES DE ARAUJO REPRESENTADO(A): PREFEITURA MUNICIPAL DE ATIBAIA ASSUNTO: Despacho de apreciação sobre petição formulada em face do Edital da Concorrência nº 001/2021, certame destinado à celebração de Parceria Pública Privada, na modalidade Concessão Administrativa, para modernização, expansão, operação e manutenção da infraestrutura da Rede de Iluminação Pública no Município de Atibaia. Trata-se de petição subscrita por Fabiana Santos Lopez Fernandes da Rocha com o propósito de impugnar o Edital da Concorrência Pública nº 001/2021, certame instaurado pela Prefeitura Municipal de Atibaia visando à "celebração de Parceria Pública Privada, na modalidade Concessão Administrativa, para modernização, expansão, operação e manutenção da infraestrutura da Rede de Iluminação Pública" no Município. Em síntese, questiona a representante os seguintes aspectos do instrumento convocatório: a) requisitos de qualificação técnica, dispostos nos itens 15.3, 15.10 e 15.11 do edital, na medida em que seriam demasiadamente específicos e não fundamentados; e b) exigências de qualificação econômico-financeira, dispostas nos itens 13, 15.6, 15.7 e 15.8 do edital, porquanto seriam desarrazoadas e desprovidas de fundamentação de ordem técnica. Com tais argumentos, informando que a sessão pública de abertura do certame está prevista para ocorrer no dia 23/4/21, a partir das 9h, pede a concessão de liminar para a imediata suspensão do certame, bem como a retificação do Edital nos termos arguidos. A inicial veio ao meu Gabinete a partir de distribuição por prevenção decorrente do TC-007954.989.18-2, que abrigou representação incidente sobre o instrumento convocatório antecedente, processada sob o rito do Exame Prévio e decidida pelo E. Tribunal Pleno, em Sessão de 16/5/2018. Claro me parece que o edital da Concorrência Pública nº 001/2021, essencialmente, deriva daquele publicado por ocasião da Concorrência Pública nº 001/2018, porquanto se identificam objetivos e propósitos perseguidos pela Administração. Observadas todas as limitações que o presente rito processual impõe, da análise emergencial que fiz no instrumento trazido a debate pude compreender, ressalvadas as aludidas retilificações, que o sentido original do instrumento foi preservado. Compreendo, portanto, que a origem do certame e os termos e condições da disputa apenas provêm do primeiro edital impugnado, o qual, evidentemente apreciado, fez previr a materialização. Assim, sem a reiteração de impugnações a cláusulas já aferidas em momento anterior e no contexto de instrumento convocatório igualmente submetido ao controle desta E. Corte não mais comporta reducionismo, ao menos no rito do Exame Prévio de Edital, sob pena de sério risco à segurança jurídica das deliberações. Afinal, admitir a reabertura de debate sobre instrumento convocatório anteriormente avaliado em caráter cautelar significa, a essa altura, impor ao edital avaliação segmentada, hipótese inviável neste rito processual. Nada obstante, cabe sempre consignar que a presente avaliação se restringe aos limites do pedido e do rito processual cabível, nada impedindo a eventual retomada do assunto em sede ordinária e concreta, nos termos das Instruções vigentes. Não havendo, nestes termos, justa causa para se admitir o pleito de nova medida cautelar, INDEFIRO liminarmente o pedido formulado por Fabiana Santos Lopez Fernandes da Rocha, nego o trânsito em julgado do Exame Prévio de Edital e determino o arquivamento do expediente. Ao Cartório, para as demais providências, inclusive para que representante e representada sejam intimados desta decisão. De-se ciência ao d. Ministério Público de Contas.**

**Publique-se.**  
**PROCESSO: TC-009586.989.21-2 REPRESENTANTE: WIEZEL & SILVA ASSASSORIOS E SERVICOS LTDA ADVOGADO: GISEL WIEZEL DA SILVA (OAB/SP 312.841) REPRESENTADO(A): PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM DA BARRA ASSUNTO: Despacho de apreciação sobre petição formulada em face do edital do Convite de Preços nº 001/2021, com participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte, certame instaurado pela Prefeitura Municipal de São Joaquim da Barra tendo por objeto a contratação de pessoa jurídica especializada na execução de serviços de assessoria contábil em gestão pública. Wiesel & Silva Assessoria e Serviços Ltda. ME apresenta petição com o propósito de impugnar o edital do Convite de Preços nº 001/2021, com participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte, certame instaurado pela Prefeitura Municipal de São Joaquim da Barra tendo por objeto a contratação de pessoa jurídica especializada na execução de serviços de assessoria contábil em gestão pública. A empresa representante notifica que foram exigidos documentos originais ou cópias autenticadas de todos os sócios para a realização do cadastro da empresa junto à municipalidade (Certificado de Registro Cadestral - CRC), o que seria excessivo, pois, a seu ver, bastaria a apresentação de documentos do sócio apto a representar a empresa isoladamente. Além disso, pontua que não poderia ser exigido o CRC como condição exclusiva de participação, por transbordar do art. 32, § 3º, da Lei nº 8.666/93, cabendo a acatização também de "todos os documentos de habilitação e de qualificação de medida liminar para imediata suspensão do certame, sem otiva da outra parte. No mérito, pleiteia a anulação do certame "até que seja possível a superação completa das irregularidades" apontadas. Consoante instrumento convocatório anexo à vestibular, os envelopes deverão ser entregues até às 9h do dia 22/4/21, quinta-feira. Distribuído o expediente ao meu Gabinete na data de hoje pela E. Presidência e tendo em conta a abertura do procedimento na quinta-feira, logo após o feriado nacional de amanhã, passo ao exame de urgência do quanto impugnado. Trata-se de licitação realizada por meio da modalidade Convite e esse dado é relevante para a avaliação preliminar e emergencial que aqui se faz. O art. 22, § 3º, da Lei nº 8.666/93 dispõe que o Convite se: "estenderá aos demais cadastrados na correspondente especialidade que manifestarem seu interesse com a antecedência de até 24 (vinte e quatro) horas da apresentação das propostas". Com base nesse texto legal, ME apresenta petição com o propósito de impugnar o edital do Convite de Preços nº 001/2021, com participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte, certame instaurado pela Prefeitura Municipal de São Joaquim da Barra tendo por objeto a contratação de pessoa jurídica especializada na execução de serviços de assessoria contábil em gestão pública. A empresa representante notifica que foram exigidos documentos originais ou cópias autenticadas de todos os sócios para a realização do cadastro da empresa junto à municipalidade (Certificado de Registro Cadestral - CRC), o que seria excessivo, pois, a seu ver, bastaria a apresentação de documentos do sócio apto a representar a empresa isoladamente. Além disso, pontua que não poderia ser exigido o CRC como condição exclusiva de participação, por transbordar do art. 32, § 3º, da Lei nº 8.666/93, cabendo a acatização também de "todos os documentos de habilitação e de qualificação de medida liminar para imediata suspensão do certame, sem otiva da outra parte. No mérito, pleiteia a anulação do certame "até que seja possível a superação completa das irregularidades" apontadas. Consoante instrumento convocatório anexo à vestibular, os envelopes deverão ser entregues até às 9h do dia 22/4/21, quinta-feira. Distribuído o expediente ao meu Gabinete na data de hoje pela E. Presidência e tendo em conta a abertura do procedimento na quinta-feira, logo após o feriado nacional de amanhã, passo ao exame de urgência do quanto impugnado. Trata-se de licitação realizada por meio da modalidade Convite e esse dado é relevante para a avaliação preliminar e emergencial que aqui se faz. O art. 22, § 3º, da Lei nº 8.666/93 dispõe que o Convite se: "estenderá aos demais cadastrados na correspondente especialidade que manifestarem seu interesse com a antecedência de até 24 (vinte e quatro) horas da apresentação das propostas". Com base nesse texto legal, ME apresenta petição com o propósito de impugnar o edital do Convite de Preços nº 001/2021, com participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte, certame instaurado pela Prefeitura Municipal de São Joaquim da Barra tendo por objeto a contratação de pessoa jurídica especializada na execução de serviços de assessoria contábil em gestão pública. A empresa representante notifica que foram exigidos documentos originais ou cópias autenticadas de todos os sócios para a realização do cadastro da empresa junto à municipalidade (Certificado de Registro Cadestral - CRC), o que seria excessivo, pois, a seu ver, bastaria a apresentação de documentos do sócio apto a representar a empresa isoladamente. Além disso, pontua que não poderia ser exigido o CRC como condição exclusiva de participação, por transbordar do art. 32, § 3º, da Lei nº 8.666/93, cabendo a acatização também de "todos os documentos de habilitação e de qualificação de medida liminar para imediata suspensão do certame, sem otiva da outra parte. No mérito, pleiteia a anulação do certame "até que seja possível a superação completa das irregularidades" apontadas. Consoante instrumento convocatório anexo à vestibular, os envelopes deverão ser entregues até às 9h do dia 22/4/21, quinta-feira. Distribuído o expediente ao meu Gabinete na data de hoje pela E. Presidência e tendo em conta a abertura do procedimento na quinta-feira, logo após o feriado nacional de amanhã, passo ao exame de urgência do quanto impugnado. Trata-se de licitação realizada por meio da modalidade Convite e esse dado é relevante para a avaliação preliminar e emergencial que aqui se faz. O art. 22, § 3º, da Lei nº 8.666/93 dispõe que o Convite se: "estenderá aos demais cadastrados na correspondente especialidade que manifestarem seu interesse com a antecedência de até 24 (vinte e quatro) horas da apresentação das propostas". Com base nesse texto legal, ME apresenta petição com o propósito de impugnar o edital do Convite de Preços nº 001/2021, com participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte, certame instaurado pela Prefeitura Municipal de São Joaquim da Barra tendo por objeto a contratação de pessoa jurídica especializada na execução de serviços de assessoria contábil em gestão pública. A empresa representante notifica que foram exigidos documentos originais ou cópias autenticadas de todos os sócios para a realização do cadastro da empresa junto à municipalidade (Certificado de Registro Cadestral - CRC), o que seria excessivo, pois, a seu ver, bastaria a apresentação de documentos do sócio apto a representar a empresa isoladamente. Além disso, pontua que não poderia ser exigido o CRC como condição exclusiva de participação, por transbordar do art. 32, § 3º, da Lei nº 8.666/93, cabendo a acatização também de "todos os documentos de habilitação e de qualificação de medida liminar para imediata suspensão do certame, sem otiva da outra parte. No mérito, pleiteia a anulação do certame "até que seja possível a superação completa das irregularidades" apontadas. Consoante instrumento convocatório anexo à vestibular, os envelopes deverão ser entregues até às 9h do dia 22/4/21, quinta-feira. Distribuído o expediente ao meu Gabinete na data de hoje pela E. Presidência e tendo em conta a abertura do procedimento na quinta-feira, logo após o feriado nacional de amanhã, passo ao exame de urgência do quanto impugnado. Trata-se de licitação realizada por meio da modalidade Convite e esse dado é relevante para a avaliação preliminar e emergencial que aqui se faz. O art. 22, § 3º, da Lei nº 8.666/93 dispõe que o Convite se: "estenderá aos demais cadastrados na correspondente especialidade que manifestarem seu interesse com a antecedência de até 24 (vinte e quatro) horas da apresentação das propostas". Com base nesse texto legal, ME apresenta petição com o propósito de impugnar o edital do Convite de Preços nº 001/2021, com participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte, certame instaurado pela Prefeitura Municipal de São Joaquim da Barra tendo por objeto a contratação de pessoa jurídica especializada na execução de serviços de assessoria contábil em gestão pública. A empresa representante notifica que foram exigidos documentos originais ou cópias autenticadas de todos os sócios para a realização do cadastro da empresa junto à municipalidade (Certificado de Registro Cadestral - CRC), o que seria excessivo, pois, a seu ver, bastaria a apresentação de documentos do sócio apto a representar a empresa isoladamente. Além disso, pontua que não poderia ser exigido o CRC como condição exclusiva de participação, por transbordar do art. 32, § 3º, da Lei nº 8.666/93, cabendo a acatização também de "todos os documentos de habilitação e de qualificação de medida liminar para imediata suspensão do certame, sem otiva da outra parte. No mérito, pleiteia a anulação do certame "até que seja possível a superação completa das irregularidades" apontadas. Consoante instrumento convocatório anexo à vestibular, os envelopes deverão ser entregues até às 9h do dia 22/4/21, quinta-feira. Distribuído o expediente ao meu Gabinete na data de hoje pela E. Presidência e tendo em conta a abertura do procedimento na quinta-feira, logo após o feriado nacional de amanhã, passo ao exame de urgência do quanto impugnado. Trata-se de licitação realizada por meio da modalidade Convite e esse dado é relevante para a avaliação preliminar e emergencial que aqui se faz. O art. 22, § 3º, da Lei nº 8.666/93 dispõe que o Convite se: "estenderá aos demais cadastrados na correspondente especialidade que manifestarem seu interesse com a antecedência de até 24 (vinte e quatro) horas da apresentação das propostas". Com base nesse texto legal, ME apresenta petição com o propósito de impugnar o edital do Convite de Preços nº 001/2021, com participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte, certame instaurado pela Prefeitura Municipal de São Joaquim da Barra tendo por objeto a contratação de pessoa jurídica especializada na execução de serviços de assessoria contábil em gestão pública. A empresa representante notifica que foram exigidos documentos originais ou cópias autenticadas de todos os sócios para a realização do cadastro da empresa junto à municipalidade (Certificado de Registro Cadestral - CRC), o que seria excessivo, pois, a seu ver, bastaria a apresentação de documentos do sócio apto a representar a empresa isoladamente. Além disso, pontua que não poderia ser exigido o CRC como condição exclusiva de participação, por transbordar do art. 32, § 3º, da Lei nº 8.666/93, cabendo a acatização também de "todos os documentos de habilitação e de qualificação de medida liminar para imediata suspensão do certame, sem otiva da outra parte. No mérito, pleiteia a anulação do certame "até que seja possível a superação completa das irregularidades" apontadas. Consoante instrumento convocatório anexo à vestibular, os envelopes deverão ser entregues até às 9h do dia 22/4/21, quinta-feira. Distribuído o expediente ao meu Gabinete na data de hoje pela E. Presidência e tendo em conta a abertura do procedimento na quinta-feira, logo após o feriado nacional de amanhã, passo ao exame de urgência do quanto impugnado. Trata-se de licitação realizada por meio da modalidade Convite e esse dado é relevante para a avaliação preliminar e emergencial que aqui se faz. O art. 22, § 3º, da Lei nº 8.666/93 dispõe que o Convite se: "estenderá aos demais cadastrados na correspondente especialidade que manifestarem seu interesse com a antecedência de até 24 (vinte e quatro) horas da apresentação das propostas". Com base nesse texto legal, ME apresenta petição com o propósito de impugnar o edital do Convite de Preços nº 001/2021, com participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte, certame instaurado pela Prefeitura Municipal de São Joaquim da Barra tendo por objeto a contratação de pessoa jurídica especializada na execução de serviços de assessoria contábil em gestão pública. A empresa representante notifica que foram exigidos documentos originais ou cópias autenticadas de todos os sócios para a realização do cadastro da empresa junto à municipalidade (Certificado de Registro Cadestral - CRC), o que seria excessivo, pois, a seu ver, bastaria a apresentação de documentos do sócio apto a representar a empresa isoladamente. Além disso, pontua que não poderia ser exigido o CRC como condição exclusiva de participação, por transbordar do art. 32, § 3º, da Lei nº 8.666/93, cabendo a acatização também de "todos os documentos de habilitação e de qualificação de medida liminar para imediata suspensão do certame, sem otiva da outra parte. No mérito, pleiteia a anulação do certame "até que seja possível a superação completa das irregularidades" apontadas. Consoante instrumento convocatório anexo à vestibular, os envelopes deverão ser entregues até às 9h do dia 22/4/21, quinta-feira. Distribuído o expediente ao meu Gabinete na data de hoje pela E. Presidência e tendo em conta a abertura do procedimento na quinta-feira, logo após o feriado nacional de amanhã, passo ao exame de urgência do quanto impugnado. Trata-se de licitação realizada por meio da modalidade Convite e esse dado é relevante para a avaliação preliminar e emergencial que aqui se faz. O art. 22, § 3º, da Lei nº 8.666/93 dispõe que o Convite se: "estenderá aos demais cadastrados na correspondente especialidade que manifestarem seu interesse com a antecedência de até 24 (vinte e quatro) horas da apresentação das propostas". Com base nesse texto legal, ME apresenta petição com o propósito de impugnar o edital do Convite de Preços nº 001/2021, com participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte, certame instaurado pela Prefeitura Municipal de São Joaquim da Barra tendo por objeto a contratação de pessoa jurídica especializada na execução de serviços de assessoria contábil em gestão pública. A empresa representante notifica que foram exigidos documentos originais ou cópias autenticadas de todos os sócios para a realização do cadastro da empresa junto à municipalidade (Certificado de Registro Cadestral - CRC), o que seria excessivo, pois, a seu ver, bastaria a apresentação de documentos do sócio apto a representar a empresa isoladamente. Além disso, pontua que não poderia ser exigido o CRC como condição exclusiva de participação, por transbordar do art. 32, § 3º, da Lei nº 8.666/93, cabendo a acatização também de "todos os documentos de habilitação e de qualificação de medida liminar para imediata suspensão do certame, sem otiva da outra parte. No mérito, pleiteia a anulação do certame "até que seja possível a superação completa das irregularidades" apontadas. Consoante instrumento convocatório anexo à vestibular, os envelopes deverão ser entregues até às 9h do dia 22/4/21, quinta-feira.**